

Militar briga por isonomia

NÁDIA FERREIRA

O governo poderá provocar reações nos quartéis, se obtiver o aval do Congresso para acabar com a proporcionalidade entre os salários do funcionalismo civil e militar e a remuneração de ministro de Estado, estabelecida pela lei de isonomia. Em nome dos 24.867 oficiais do Exército que representa, o presidente do Clube Militar, general João Cosenza, diz que não vai ficar de braços cruzados enquanto "se rasga a Constituição e se põem por terra as conquistas obtidas pela lei de isonomia", que garantiu ao servidor um teto salarial equivalente a 90% da remuneração de ministro.

Para transmitir ao amigo e ministro do Exército, Zenildo Lucena, a preocupação da tropa, o general Cosenza viaja hoje a Brasília, disposto a lutar contra o que considera "um atentado ao princípio ético da austeridade defendido pelo presidente Fernando Henrique".

Caso o aumento a ser concedido ao presidente da República, ao vice, ministros, deputados e senadores fique desvinculado da remuneração do funcionalismo, nova estratégia será adotada pelo Clube Militar. Cosenza informou ontem que vai reunir-se amanhã com os presidentes dos clubes Naval e da Aeronáutica, para decidir uma ação conjunta que defenda os interesses salariais dos integrantes das Forças Armadas.

Reposição — "O que querem fazer agora é um absurdo", desabafa. Ele argumenta que, enquanto o presidente da República, ministros e congressistas terão seus vencimentos reajustados em mais de 100%, o restante do funcionalismo terá direito a apenas 25,94% (reposição das perdas entre julho e dezembro de 1994). "É uma questão de lógica e de respeito aos servidores públicos e, acima de tudo, ao povo brasileiro. Se para nós, militares e civis, a perda inflacionária a ser reposta equivale a 25,94%, por que eles terão direito a um aumento tão elevado?", questiona.

Cosenza não sabe exatamente que estratégias poderão ser adotadas pelos clubes militares contra a alteração da lei de isonomia. "Se a lei representar um direito adquirido, poderemos recorrer à Justiça para reivindicar o mesmo reajuste para os militares. Por enquanto, vamos esperar o desenrolar dos acontecimentos e confiar no presidente Fernando Henrique, que conta com nosso respeito e confiança", diz o general, que, depois de 42 anos de serviço — hoje na reserva — tem salário líquido pouco acima de R\$ 2.100.